

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Juventude

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, com início às quatorze horas, na sala de Gestão – “Espaço Fani Lerner”, situada no 7º andar do Palácio das Araucárias, localizado na Rua Jacy Loureiro de Campos, nº 6 – Centro Cívico, Curitiba- Paraná e de maneira eletrônica através da plataforma zoom, teve lugar a **oitava reunião ordinária do Conselho Estadual de Juventude**. Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho: Simone Aparecida Falchetti Paulin – CIEE/PR, Gertrudes Dias Sabino Stanislauki – CIEE, Diego Anderson Panho- APAE, Brenda Rompatto – JSB, Rulianna Shayra Caldeira de Lima – Instituto Constrói, Wellington Tiago de Lima – SINSEP, Silberto Cardoso – Coordenação CPDJ/SEDEF, Marcos Renato Sudul – CPDJ/SEDEF, Jociane Juliana Lino e Silva – SEDEF, Larissa Gentila de Mello Arraes - SEDEF, Alessandra Simões da Costa – SESA, Luciane Diehl – SEEC, Maicon Aparecido dos Santos – BOM JESUS, Sofia Castro Teixeira – REDE DE MULHERES NEGRAS, Fábio Cristian de Souza Jardim – SEES, William Bandeira Pedroso – SEED, Alex Sandro da Silva – SEJU, Tainá Guanini de Oliveira – FETAEP e os convidados, Raul Zainedine da Rocha, do Comitê de Participação dos Adolescentes do CONANDA, André Martins da Polícia Federal, Dirceneli Martins – CPDJ/SEDEF, Talita de Souza Borges – CDPDJ/SEDEF, Luiza Literoni – CPDJ/SEDEF, Daniele Casagrande de Oliveira – CPDJ/SEDEF e a Estagiária Rebekah Yaffa Silva dos Santos – CPDJ/SEDEF. Após a verificação do quórum, a Presidente cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão, na sequência foi realizada a apresentação da pauta passando em seguida, para a análise do item **I – Aprovação da ata anterior**, ata da 7ª Reunião Ordinária, de vinte e nove de julho de dois mil e vinte e cinco e ata da primeira Reunião Extraordinária de treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, que foram aprovadas por unanimidade. **II – Fala do Dr. Flávio Rolim, Delegado da Polícia Federal – Chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos de Ódio**- O Dr. Flávio Rolim, iniciou a palestra explicando a atuação da Unidade de repressão ao crime cibernético, que está alocada dentro de uma Diretoria da polícia federal. Essa unidade foi criada no final de dois mil e vinte e três, tendo quase dois anos de atuação e muito aprendizado. Segundo o Dr. Flávio, esses crimes, que chamamos de uma forma genérica de crimes de ódio, mas que na verdade, são condutas extremistas que podem perpassar desde o diálogo até ações efetivamente violentas, contra grupos vulnerabilizados. O objetivo da palestra é justamente mostrar como ocorre o processo de radicalização, essencialmente num ambiente cibernético, desde postagens inocentes que muitas vezes são descartadas, tratadas ali como se fossem simples brincadeira. Porém, elas podem repercutir em ataques efetivamente violentos contra determinados grupos suscetíveis. De acordo com as pesquisas do Dr. Flávio, nos dias de hoje observa-se que as pessoas tem dedicado cada vez mais tempo na internet, imaginem esse fenômeno quando estamos considerando jovens, que são agentes ainda em formação expostos a todos esses conteúdos, ainda sem uma cognição clara e sem o seu córtex frontal plenamente desenvolvido, para resistir a essas ideologias extremistas. Um dos pilares da internet é o anonimato dos usuários, o que dificulta a identificação dos autores de crimes cibernéticos,

sendo outra barreira às investigações policiais, a facilidade em se destruir provas, já que os dados são digitais e pode ser destruídos ou apagados, o que, em regra inviabiliza o flagrante delituoso. O Dr. Flávio também elucidou sobre a violência escolar, que é extremamente lesiva em todas as suas vertentes. Segundo pesquisas apresentadas durante a palestra, de março de dois mil e vinte e dois a dezembro de dois mil e vinte e quatro, houve um aumento significativo do número de ataques às escolas. Considerando todos os casos de ataque no Brasil, nós temos aqui o cenário das idades desses atacantes, que variam de treze a dezessete anos, onde temos o maior número de atacantes, ou seja, isso mostra efetivamente, a vulnerabilidade que temos em relação aos nossos adolescentes. E essa não é uma realidade só no Brasil, uma pesquisa traz esses dados também, nos Estados Unidos. Se analisarmos a respeito desses dados destaca-se que, a maior parte dos autores era menor de dezoito anos, quando cometeu o ataque. Fato esse, que aponta a vulnerabilidade e a fragilidade da adolescência, do ponto de vista do envolvimento em violência extrema. A National Center for Education Statistics apresentou um estudo que mostra que temos resultados semelhantes nos Estados Unidos, e aí, com um espaço bem maior de dois mil a dois mil e vinte e um. Setenta e dois dos atores de tiroteio em escola tinham entre doze e dezoito anos e noventa e cinco por cento eram do sexo masculino. O primeiro caso de radicalização online, que se tem notícia é o caso do massacre de Realengo no ano de dois mil e onze, ele foi considerado, efetivamente o primeiro evento de violência extrema relacionada à radicalização online. A partir desse episódio, trinta e oito ataques até dezembro de dois mil e vinte e quatro. A Polícia Federal elaborou uma palestra, na Diretoria de Combate a Crimes Cibernéticos, que são efetivamente para as escolas, professores e, principalmente, para que esses educadores que tenham aptidão para reconhecer esse fenômeno da radicalização. Exemplos trazidos pelo Dr. Flávio, do que tem acontecido a respeito de crimes cibernéticos, como: o pagamento a jovens para que elas pudessem se automutilar, cometer suicídio, mostrando justamente, um meio de operação dessa rede, com grandes influências de ideais satanistas e todas essas matrizes de ideologia, que proporcionam as ações desses jovens. Para o Dr. Flávio, não adianta nada, trabalhar somente do ponto de vista repressivo, quando a violência já aconteceu. O objetivo, não é focar apenas em medidas de segurança ou no controle, embora esses mecanismos também sejam importantes, mas é preciso ir além e enfrentar as causas estruturais, que tornam esses jovens vulneráveis a esse discurso. Desse modo, preparar os adolescentes e jovens para saberem distinguir o caráter maléfico ou benéfico de uma relação virtual, saber identificar o uso de engenharia social para ganhar a sua confiança, primeiramente é dever de seus familiares, mas também responsabilidade de todos os educadores e autoridades públicas, já que eles possuem a incumbência de proteger os vulneráveis. Ao final da explanação, alguns membros do Conselho fizeram questionamentos para sanar as dúvidas e agradeceram imensamente a valorosa participação do Dr. Flávio Rolim.

III – Repasses das Comissões Temáticas, Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização. A Conselheira Larissa Gentila informou sobre a criação da Comissão Eleitoral do CEJUV/PR, a qual terá como principal finalidade, a organização das etapas do processo eleitoral, relativas ao ano de dois mil e vinte e cinco. Reforçou também aos Conselheiros, a

importância de curtir, comentar e compartilhar as diversas postagens realizadas no perfil oficial do Instagram do CEJUV/PR, de modo a ampliar a visibilidade e o engajamento. A Conselheira Luciane Diehl sugeriu que seja encaminhado convite formal, para as Entidades que ainda não fazem parte desse Conselho, a fim de participarem das eleições. Ao final, definiu-se que a Conselheira Larissa Gentila, conversará com o Coordenador Silberto, sobre a possibilidade de convidar oficialmente as Entidades que ainda não têm representação no CEJUV/PR, para que possam conhecer as ações do Conselho e participar ativamente, nas eleições que estão para acontecer. A **Comissão de Acompanhamento e Fiscalização**, inicialmente os membros discutiram sobre a importância de a Comissão elaborar um relatório geral, sobre todos os temas tratados e os diversos encaminhamentos realizados ao longo do ano. O relatório dessas ações deverá ser apresentado na reunião do mês de dezembro, quando se encerram os trabalhos do CEJUV/PR. Outro encaminhamento sugerido na discussão foi o de realizar um levantamento sobre propostas legislativas, que tratam da proteção de crianças, adolescentes e jovens. Seja a respeito de novas Leis ou referente à modernização da legislação existente. Também levantaram a possibilidade de indicar um Conselheiro, que tenha proximidade com a Assembleia Legislativa do Paraná, para produzir esse documento. Outro encaminhamento apresentado foi de convidar o Ministério Público, Centro de Apoio das Promotorias da Criança e do Adolescente – CAOPCAE ou dos Direitos Humanos, para expor sobre as propostas legislativas e de que forma o CEJUV/PR possa contribuir para compor a construção. Sugeriram ainda, proposta de convite para a Secretaria de Saúde – SESA, para explanar palestra sobre Políticas de Prevenção no uso de drogas. **Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Juventude** - A Comissão trouxe os seguintes encaminhamentos para discussão em Plenária: necessidade de realizar reuniões específicas com os presidentes dos Conselhos Municipais de Juventude, como forma de fortalecer o diálogo e alinhar os objetivos da Comissão, consolidar o levantamento dos Conselhos ativos e inativos, organizar a pauta e apresentação da próxima reunião, estruturar os trabalhos da Comissão em grupos temáticos, buscar avanço prático junto aos municípios, que já responderam ao questionário sobre criação dos Conselhos Municipais de Juventude, reforçar o contato com a UPE, a fim de que seus representantes no Conselho retomem sua participação, nas reuniões temáticas e na Plenária. O Conselheiro William ficou responsável pela organização da pauta da próxima reunião da Comissão e elaboração da apresentação, para a Plenária de trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco. O Conselheiro Silberto assumiu a responsabilidade, de apresentar o levantamento atualizado de todos os Conselhos Municipais existentes repassando na sequência, quais municípios responderam ou não, aos questionários encaminhados anteriormente. A Comissão decidiu focar inicialmente, nos municípios que já responderam ao questionário, com intuito de avançar com essa demanda, para propor ações mais concretas e efetivas. **Comissão Organizadora do Processo Eleitoral CEJUV/PR de 2025** – A primeira reunião da Comissão Organizadora ocorreu em dezoito de agosto de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas de forma online. Estiveram presentes os Conselheiros Wellington Tiago de Lima (SINSEP), Brenda Rompatto (JSB), Célio Marin Finta Filho (CIDADANIA 23), William Bandeira Pedroso (SEED), Alex Sandro da Silva (SEJU) e Larissa Gentila

de Mello Arraes (SEDEF), também acompanharam a reunião, a Presidente do CEJUV/PR, Rulianna Shayra Caldeira, o Vice-Presidente, Silberto Cardoso e o Diretor Ronaldo Olmo. Durante a reunião, as principais ações desenvolvidas pela Comissão foram, a escolha da Coordenadoria da Comissão, que ficou com a Conselheira Larissa Gentila de Mello Arraes, representante da área governamental pela SEDEF e o escolhido para Relator foi o Conselheiro Wellington Tiago de Lima, representante da Sociedade Civil, pela SINSEP. De acordo com o Relator Wellington, os membros da Comissão debateram durante a reunião sobre o cronograma referente às datas do processo eleitoral de 2025, sendo que alguns prazos ficaram em aberto, para discussão na próxima reunião. Além disso, também foi apresentado o novo e-mail corporativo, para envio de documentos e recursos das Entidades da Sociedade Civil e de votantes. **IV – Atualizações sobre as tratativas referentes ao Projeto de Lei do CEJUV/PR** – O Vice-presidente, Silberto Cardoso informou que o Projeto de Lei do CEJUV/PR, contido no protocolo de nº 21.155.275-1, desde a última reunião do Conselho, tramitou na Casa Civil retornando à SEDEF, em oito de agosto de dois mil e vinte e cinco, para ajustes e posteriormente foi novamente encaminhado para a Casa Civil, na mesma data e após tramitação na Diretoria Legislativa, foi finalmente em onze de agosto de dois mil e vinte e cinco, direcionado para a Assembleia Legislativa do Paraná, onde está tramitando atualmente. Nada mais havendo a tratar e para constar, eu, Leonete Mendes, Secretária do Conselho Estadual de Juventude, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim, pela Presidente e por todos os Conselheiros presentes.

Rulianna Shayra Caldeira de Lima

Presidente do CEJUV/PR.

Leonete Mendes

Secretária Executiva do CEJUV/PR.

Silberto Cardoso

Vice-presidente